

Paisagem, gênero de vida e Amazônia

Magali Franco Bueno *

Introdução

O objetivo deste trabalho foi entender porquê e até que ponto duas noções clássicas da Geografia — paisagem e gênero de vida — permeiam as concepções sobre Amazônia ao nível do senso comum.

Buscou-se, na produção geográfica brasileira das décadas de 50 e 60, especificamente nos trabalhos de Geografia Regional sobre a Amazônia, a aplicação da noção de gênero de vida. Este recorte temporal é justificado por ser contemporâneo à publicação, por Max. Sorre, dos primeiros trabalhos sobre gênero de vida, além de outros autores que também discutiram este conceito.

Sorre, como discípulo de La Blache, retoma sua noção de gênero de vida, avalia sua evolução e o aparecimento de novos gêneros de vida associados ao mundo moderno, superando a noção clássica de gênero de vida.

Para demonstrar a vinculação, ao nível do senso comum, entre as idéias primeiramente associadas à Amazônia e as noções de paisagem e gênero de vida, serão relatados os resultados de uma breve entrevista, realizada entre pessoas selecionadas aleatoriamente. Finalmente, apontaremos algumas considerações que possam indicar o porquê desta vinculação.

Paisagem e gênero de vida nos trabalhos do IBGE

Questionamos se mesmo atualmente seria plausível aplicar a noção de gênero de vida à Amazônia, ao menos naquelas áreas em que o grupo humano mantém uma atividade extremamente ligada ao meio. Se for possível considerar que esta noção seja aplicável atualmente, muito mais seria nas décadas de 50 e 60, quando, além do fato de haver uma menor degradação dos modos de vida tradicionais, esta noção encontrava-se ainda colocada nos debates geográficos.

Por isso, não é de se estranhar que até a década de 60, a noção de gênero de vida perpassa totalmente os trabalhos da geografia oficial do Brasil, representada pelo IBGE. A noção aparece sempre implícita, quando não explicitamente, como é o caso dos exemplos que serão citados a seguir.

Em 1959 o IBGE lança a “obra didática” — o próprio IBGE denominou-a assim — intitulada “Geografia do Brasil”. A obra é constituída de sete volumes, sendo que destes, cinco são dedicados ao estudo das “Grandes Regiões”. O volume da Grande Região Norte também divide-se em capítulos segundo temas. Sobre a população da região, um dos textos destaca algumas diferenças existentes na origem e nas atividades dessas populações:

“Os habitantes das cidades se dedicam normalmente às atividades administrativas, ao pequeno comércio, às atividades portuárias, ou às pequenas indústrias. [...] A distribuição do efetivo humano nas áreas rurais também é heterogênea, mas sempre

* Aluna do Programa de Mestrado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.-
Bolsista/CAPES.
São Paulo - Brasil.

seguindo as margens dos rios. [...] A população rural, é quase inteiramente constituída de ‘caboclos’ vivendo mais ou menos isolados, à margem dos cursos d’água, tendo como base econômica a coleta de produtos vegetais e a pesca. [...] O ‘caboclo’, natural da Amazônia, é geralmente considerado um infeliz preguiçoso. Ignorante de quase todos os processos racionais de cultura, [...] ele é uma vítima do meio adverso. Herdeiro da frugalidade e conformismo do índio, pouco exige para sua alimentação e habitação. A própria natureza supre-lhe em parte as necessidades ...” (DIAS & ALBUQUERQUE, 1959, p. 227-230)

Em 1963, o mesmo IBGE publica “Tipos e aspectos do Brasil”, também organizado de acordo com as grandes regiões. Na parte correspondente à Região Norte, há artigos com títulos como “Castanhais”, “Pesca do pirarucu”, “Seringueiros”, etc.. Embora assinados por distintos autores, permanece entre eles a marca comum de caracterização dos tipos humanos em função da atividade exercida por cada um, ou seja, associando-os ao gênero de vida; ou descrição das diferentes paisagens, distintas quase sempre a partir do meio natural. Diferentemente da publicação de 1959, onde descrevia-se o quadro humano e o físico generalizadamente, desta vez aparece uma marcante preocupação com a distinção das diferentes paisagens e dos diferentes gêneros de vida.

Reproduziremos aqui alguns trechos que ilustram estas afirmações. No texto sobre o “Caboclo amazônico”, afirma-se que

“...se, na realidade, por um lado, não existe um tipo único de caboclo amazônico, porque, num ou noutro ponto, sempre houve uma predominância de um elemento étnico no caldeamento, por outra, a seleção de tipos humanos característicos somente seria possível estabelecer-se em função dos *gêneros de vida* (grifo nosso) e horizontes de trabalho encontrados em áreas geograficamente distintas. Neste último caso [...] fora das zonas do Baixo Amazonas e do Rio Branco, o que existe é uma vasta zona de comportamento humano unificado.” (PEREIRA, 1963, p.6-7)

E sobre um outro tipo humano, ligado a uma atividade bastante característica da área, o mesmo autor assim os descreve:

“Os seringueiros, filhos da região, trabalham nos seringais envelhecidos da área restrita às ilhas e terras planas do Baixo Amazonas. Contratados pelos aviadores, os [...] imigrantes do Ceará exercem a profissão nas zonas das cabeceiras dos rios, de cujas ‘margens’ [...] são encarreirados pelo ‘mateiro’ para as ‘colocações’ ou ‘centros’, quase sempre ainda virgens de trabalho humano.[...] A esses dois quadros esboçados e geograficamente opostos, correspondem dois tipos humanos, mesológica e psicologicamente distintos. O primeiro é o ‘seringueiro das ilhas’ sendo o segundo, o ‘seringueiro das cabeceiras’ [...]” (PEREIRA, 1963, p.36-38)

Neste último exemplo percebe-se inclusive os domínios secundários de gêneros de vida — noção apontada por Sorre e Derruau (1) —, diferenciados no interior dos domínios principais deste gênero.

Cabe ressaltar que o IBGE nomeia estas publicações de “obras didáticas”, e teve êxito no propósito da sua utilização com esta finalidade. Esta produção geográfica “oficial” vai nortear os autores de livros didáticos de geografia do 1^o e do 2^o graus, formando uma concepção de Brasil e de Amazônia bastante vinculada às noções de gênero de vida e de paisagem.

No final da década de 1970 o IBGE, agora Fundação IBGE, lança nova edição da “Geografia do Brasil”, também organizado em volumes de acordo com as cinco macrorregiões. Embora continue abordando as regiões segundo cortes temáticos —

vegetação, população, energia, etc. — esta edição diferencia-se bastante das anteriores, em relação aos objetivos.

Se antes o gênero de vida permeava toda a análise sobre a realidade amazônica e também a brasileira, agora a preocupação é com os dados estatísticos sobre população, migrações, fluxos comerciais, produção extrativa e industrial, etc.. De qualquer forma, a fundação precisava atender aos interesses da política desenvolvimentista do Estado autoritário e procurou fundamentos na produção geográfica que pudessem dar respaldo a tais objetivos. Mas além desse motivo, este era um dos momentos em que o conceito de gênero de vida caía novamente em desuso.

Não nos interessa aqui analisar que noções ou conceitos subsidiam esta nova proposta, mas sim perceber por qual motivo, apesar de não ser mais a paisagem nem o gênero de vida as noções norteadoras dos estudos do IBGE, estas noções continuam bastante presentes na visão de Amazônia das pessoas comuns. Ou seja, por que a maioria das pessoas continua associando Amazônia à floresta, rios, etc.?

Amazônia ao nível do senso comum

Antes de apontar-se algumas respostas para essas perguntas, tentar-se-á embasar estas afirmações. Com o intuito de dar respaldo à hipótese de que geralmente a idéia primeiramente associada à Amazônia tem uma vinculação forte com as noções de paisagem e gênero de vida, foi feita uma breve entrevista com 20 pessoas no centro da cidade de São Paulo, selecionadas aleatoriamente. Antes de comentar os resultados, vamos explicitar como foram feitas as entrevistas. Em primeiro lugar era feita a seguinte pergunta: “Você já ouviu falar em Amazônia?” Como em nenhuma das vezes a resposta foi *não*, apresentava-se às pessoas um mapa da América do Sul com destaque para o Brasil dividido em estados. Perguntava-se aos entrevistados se eles conheciam aquele mapa. Apenas um dos entrevistados respondeu que *não*. Em seguida, solicitava-se ao entrevistado que marcasse no mapa a área que ele considerava corresponder à Amazônia (neste momento a prancheta e a caneta eram entregues a eles). Depois disso, era feita a seguinte pergunta: “Quando se fala em Amazônia, qual é a primeira coisa que você pensa; qual é a primeira imagem que lhe vem à cabeça?” Finalmente eram solicitados alguns dados sobre o entrevistado, apenas para que se pudesse ter uma referência sobre grau de instrução e possível contato direto com a região.

Do total de entrevistados apenas um deles (5%) não soube dizer nada quando lhe foi perguntado qual a primeira coisa que lhe vinha à cabeça quando se falava em Amazônia; 75% dos entrevistados associaram Amazônia à idéia de mata ou floresta. É interessante que a duas das pessoas entrevistadas (10%), de faixas etárias diferentes, tenha ocorrido imediatamente a lembrança da Zona Franca de Manaus, o que pode ser um indicativo de que as políticas públicas de desenvolvimento para a região, que levaram, entre outras coisas, à implantação da Zona Franca, foram bastante marcantes.

Um dos entrevistados respondeu imediatamente “mata”, e depois de alguns poucos segundos de reflexão completou: “mata atlântica”. Isto pode ser um indicativo de duas coisas: em primeiro lugar, a vinculação da região com as questões ambientalistas que vêm sendo intensamente apresentadas ao público desde o início da década de 80; e, em segundo lugar, a forma como estas problemáticas ambientais vêm sendo colocadas, num fluxo muito intenso, porém de pouca qualidade, que acabam levando a confusões deste tipo.

A única pessoa que deu respostas diferentes desse padrão é também a única que conhece a região, ou seja, teve e tem um contato direto com ela.

Quanto à localização da região, 15% dos entrevistados fizeram-na bastante precisamente e outros 10% aproximadamente. O restante das pessoas parece confundir bastante a região amazônica com o estado do Amazonas, muito provavelmente devido à semelhança entre as palavras, mas não foi possível averiguar se os equívocos quanto à localização seriam maiores se não existisse esta semelhança.

Considerações finais

Podemos dizer que essa pesquisa confirma a vinculação entre a imagem que se tem de Amazônia — pelo menos entre as pessoas que não conhecem a área — e as noções de paisagem e gênero de vida. Esta pesquisa também aponta para uma concepção de Amazônia bastante homogênea, principalmente em relação à paisagem.

Algumas considerações preliminares sobre os motivos dessa vinculação entre Amazônia e paisagem, bem como dessa visão de região homogênea, podem ser apontadas. Em primeiro lugar, existe todo o imaginário construído sobre a região, a partir do século XVI, com a descoberta do Novo Mundo, principalmente pelos viajantes europeus, e que produziram, entre outras, a imagem de “inferno verde” (2).

Em segundo lugar, principalmente nas décadas de 60 e 70 deste século, o Estado brasileiro, devido a interesses geopolíticos e ideológicos, ao mesmo tempo em que tentava passar uma noção de que “o meio natural era um obstáculo a ser vencido”, procurava também transmitir uma idéia ufanista em relação à Amazônia, talvez com o intuito de tornar a população álibi de seu projeto de integração da área. A política de desenvolvimento regional proposta para a região utilizou-se de uma intensa propaganda nos meios de comunicação que, ao mesmo tempo em que aludia às imensas possibilidades de exploração econômica e desenvolvimento para a área, procurava passar essa visão ufanista, apoiada principalmente na exuberância das paisagens. Neste sentido, esta manipulação dos sentimentos ufanistas da população estaria coerente com a ideologia do “Integrar para não entregar”, defendida pelo governo militar pós-64 com relação à Amazônia (3).

Também interessava a esse governo definir a Amazônia como vazia demográfica — o que significaria, naquele contexto, atestar a condição da região em receber parte dos contingentes populacionais que vinham migrando em direção ao sul do país, na tentativa de inverter esse êxodo (4).

Em terceiro lugar, mas de certa forma ligados ao motivo anterior, podem ser citados como motivos os programas oficiais do MEC para as escolas públicas, que por muito tempo propuseram um estudo do território brasileiro apoiado na divisão em “grandes regiões homogêneas” do IBGE, além das propostas referenciadas à noção de gênero de vida, assunto já discutido aqui.

Finalmente, em quarto lugar, a partir da década de 80, a região volta a ser alvo de atenções, mas desta vez de cunho ambientalista. Com este novo enfoque a paisagem volta à cena, mas retomando-se com ela uma valorização do elemento humano, principalmente o índio e aqueles dedicados às atividades mais tradicionais — seringueiros, castanheiros —, por constituírem-se em exemplos de possibilidades de um desenvolvimento sustentável.

No momento atual os meios de comunicação também têm um papel muito importante; embora sejam veiculadas reportagens e imagens que nem sempre privilegiam a

paisagem natural, isso ainda não foi suficiente para mudar a concepção das pessoas comuns com relação à Amazônia.

Não podemos afirmar ainda que estes sejam realmente os motivos da associação da Amazônia com as noções de paisagem e gênero de vida; nem que algum deles seja o mais importante; ou ainda que esta concepção tenderia a mudar, de acordo com mudanças no conteúdo das reportagens veiculadas sobre a região, ou dos interesses que incidem sobre ela, ou de sua inserção no quadro político do país.

Acreditamos que a visão que as pessoas comuns têm hoje sobre a região é uma somatória de todos estes motivos. Cada um deles colocou-se num momento histórico diferente, e provavelmente as pessoas foram marcadas por eles de maneiras distintas, havendo uma sobreposição de fatos que foram sendo absorvidos em maior ou menor intensidade e que formam hoje a concepção de cada indivíduo sobre aquela realidade. Forma-se, assim, um pensamento geográfico sobre a Amazônia.

Bibliografia

DERRUAU, Max. “La notion de genre de vie: exposé e critique.” In: **Précis de Géographie Humaine**. Paris, Armand Colin, 1963.

DIAS, Catharina V. e ALBUQUERQUE, Manuel M. “Povoamento e distribuição da população. Os elementos étnicos. Relações entre o elemento indígena e a sociedade amazônica.” In: **Geografia do Brasil. Grande Região Norte**. Rio de Janeiro, IBGE, 1959. p. 220-237.

FIBGE. DIRETORIA TÉCNICA. **Geografia do Brasil**. . Região Norte. Vol. I. Rio de Janeiro, SERGRAF/IBGE, 1977.

IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil. (Excertos da Revista Brasileira de Geografia)**. Rio de Janeiro, IBGE, 1963.

KELLER, Elza Coelho de Souza. “População.” In: **Geografia do Brasil**. Vol. I. Região Norte. Rio de Janeiro, SERGRAF/IBGE, 1977. p.167-271.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. **Integrar para não entregar. Políticas públicas e Amazônia**. Campinas, Papyrus, 1988.

ROUGERIE, Gabriel & BEROUTCHACHVILI, Nicolas. **Géossistèmes et paysages - Bilan e méthodes**. Paris, Armand Colin, 1991.

SALGADO, Maria de Jesus Pires. **A Amazônia: de inferno verde a celeiro do mundo**. Belo Horizonte, M.G., 1979. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 3^a ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

SORRE, Max. - “A noção de gênero de vida e sua evolução.” In: **Max. Sorre: geografia**. Org. [da coletânea] Januário Francisco Megale. Coleção Grandes Cientistas Sociais n^o 46. São Paulo, Ática, 1984. p. 99-123.

NOTAS

1 Cf. Derruau, M. **Précis de Geographie Humaine**, 1963, p.109 e Sorre, Max. **A noção de gênero de vida e sua evolução**, 1984, p.121.

2 Cf. Salgado, Maria de Jesus P. **A Amazônia: de inferno verde a celeiro do mundo.**, 1979.

3 Cf. Oliveira, Ariovaldo U. de. **Integrar para não entregar. Políticas públicas e Amazônia.**, 1988.

4 Cf. Salgado, *op. cit.*